

Brasileira ajuda Grécia a recompor dívidas

Auditora, que ajudou o Equador a se livrar de 70% das dívidas, coopera hoje com os gregos

Publicado: 30 Março, 2015 - 16h32 | Última modificação: 30 Março, 2015 - 17h01

Escrito por: André Cristi, da Carta Maior



Maria Lúcia aposta em investimentos sociais mais elevados que pagamento de juros

Maria Lúcia Fatorelli, auditora da Receita Federal brasileira desde 1982, já trabalhou no grupo que ajudou o Equador de Rafael Correa a se livrar de 70% da dívida – dinheiro hoje usado para educação e saúde – sem que o país fosse considerado

inadimplente pela comunidade internacional. Neste momento, ela integra outro grupo que procura a mesma solução para a Grécia. Neste texto, que reproduzimos do portal Carta Maior, ela explica um pouco como a auditoria da dívida pode livrar um povo desse pesado fardo sem ser tratado como “pária” sequer pelo mercado.

Detalhe: a corrupção, por maior que seja, é um pequenino vilão se comparado com o dinheiro injustamente sugado pelos bancos e especuladores sob a rubrica “pagamento das dívidas”. Uma das pontes entre o Brasil e as novas experiências políticas da esquerda socialista europeia chama-se Maria Lúcia Fattorelli. Auditora da Receita Federal desde 1982, a coordenadora do movimento Auditoria Cidadã da Dívida foi convidada por Zoe Konstantopoulou, deputada do Syriza que ocupa a presidência do Parlamento Grego, a compor o Comitê pela Auditoria da Dívida Grega.

Maria Lúcia já participou de processo semelhante no Equador, quando o presidente Rafael Correa decidiu pela anulação de 70% da dívida que emperrava o investimento público. “Pela primeira vez na história inverteu-se a equação: os gastos sociais superaram os gastos com a dívida”, lembra em entrevista à *Carta Maior*.

O sistema

De acordo com Fattorelli, o significado maior de auditar uma dívida pública é desmascarar o que ela chama de “sistema da dívida”. “É um negócio altamente rentável e que beneficia um pequeno segmento social localizado nos mercados financeiros”, descreve.

Funciona assim: sem transparência e com enormes privilégios (legais, financeiros, políticos) aos bancos e agências de risco, o Estado pega dinheiro emprestado de instituições financeiras públicas ou privadas. O valor emprestado cresce brutalmente em função de juros elevadíssimos. E a dívida vai se tornando meramente contábil – isto é, jogo de juros sobre juros. Segundo Fattorelli, “o endividamento público se converte numa maneira de desvio de recursos públicos em larga escala”.

Segundo o Tesouro Nacional, em 2013 o governo federal gastou

R\$ 718 bilhões com juros e amortizações da dívida interna e externa, o que representou 40,3% do orçamento federal (o valor gasto em educação, por exemplo, é de 3,4%, em transporte 1%).

Mas não é a corrupção que afasta nosso dinheiro dos lugares em que ele deveria ser investido?

Pois bem. O mensalão, considerado à época o maior caso de corrupção do país, comprovou R\$140 milhões desviados. No ano de 2005, a dívida pública consumia mais de dez mensalões por dia.

O caso grego

A manipulação da taxa de risco levou o governo grego a aceitar acordos muito prejudiciais com o FMI e a União Europeia. Endividada e fragilizada, a outrora obediente Grécia se viu invadida por instituições financeiras internacionais, grandes corporações e, por consequência, pela agenda neoliberal: desmantelamento dos direitos sociais e privatização das empresas públicas mais lucrativas.